

## Conclusão

O que fizemos aqui foi apresentar uma tentativa de interpretação dos textos humeanos tendo como orientação as relações entre indução e raciocínio causal. Nosso objetivo foi realizar um balanço de tais relações sem tomar por aceitas as conclusões já “consagradas” por intérpretes de destaque.

Tendo seguido os passos de Hume ao longo de sua caracterização do raciocínio causal no *Tratado da natureza humana*, e também percorridas algumas linhas tradicionais de interpretação da filosofia humeana, podemos esboçar alguns resultados importantes para uma interpretação de sua filosofia cujo resultado acerca de seus raciocínios é bem menos cético do que se costuma pensar. Com a conclusão da pesquisa aqui apresentada, chegamos à constatação que Hume apresenta em seu *Tratado* uma perspectiva menos cética a respeito das inferências indutivas e seu papel para o conhecimento humano. E essa perspectiva menos cética se deve às suas próprias conclusões filosóficas e não apenas ao apelo à força irresistível da natureza, como vemos em muitos comentadores que o caracterizam como um filósofo “naturalista”.

Sem desconsiderar o papel construtivo que suas análises acerca dos raciocínios causais possuem, ainda sobre seu ceticismo, Hume deve ser encarado como um filósofo que advogou um outro tipo de ceticismo que não o radical ou o acadêmico, mas sim um ceticismo acerca das possibilidades da razão sozinha operar em favor de nossos conhecimentos e crenças. Como resultado de seu ceticismo de outra ordem, vemos que a razão é impotente para nos proporcionar qualquer crença em questões de fato ou existência, papel exercido exclusivamente por nossa faculdade chamada imaginação. Sendo a razão, *a priori* ou especulativa, caracterizada pela utilização da dedução como sua principal ferramenta, Hume observa a sua inutilidade perante o tratamento de objetos ou eventos que não estão implicados por necessidade lógica.

Hume, sem querer defender um ceticismo em relação às nossas possibilidades de conhecimento, constrói novos fundamentos para uma ciência do

homem a partir da qual será possível a elaboração de um conhecimento bem mais consistente a respeito do mundo. Mas, vale lembrar sempre, esses fundamentos não estão determinados por implicações lógicas; a dedução, e sua executora, a razão, é substituída pela experiência e pela imaginação como instrumentos apropriados para estes conhecimentos.

A experiência e a imaginação são as responsáveis pela descoberta de relações, constantes ou apenas freqüentes, entre fenômenos diversos e têm como finalidade a inferência e a produção de crença em objetos ou eventos ainda não observados. Também auxiliam o entendimento na elaboração de generalizações, para classes de objetos muito vastas, ou hipóteses, acerca de eventos mais raros ou que não podem, por algum motivo, se tornar habituais a nossa experiência. Como estes procedimentos não podem ser elaborados dedutivamente, podemos chamá-los de procedimentos “indutivos”, como é comum entre os lógicos contemporâneos.

Mesmo sem mencionar de forma conclusiva a palavra indução, ou qualquer outra palavra correlata, Hume deixou em seus textos uma evidência bastante conclusiva acerca de sua posição quanto ao uso de inferências indutivas. Nossa apresentação, ao final do capítulo 3, da leitura da gênese do princípio da cópia como oriunda de um raciocínio indutivo teve a intenção de mostrar esta evidência: para nós não há dúvida que neste caso Hume faz uso de uma indução para estabelecer seu primeiro princípio. Isso basta, a nosso ver, para por sob suspeita as interpretações em que aparecem referências tanto à crítica ao raciocínio indutivo quanto ao ceticismo acerca das ciências.

Embora alguns comentadores justifiquem suas conclusões apelando para estratégias discursivas, como o fato de que uma crítica à indução é consequência direta da crítica feita à inferência causal, mesmo que Hume não tivesse consciência disso, isso equivale a dizer que uma crítica a uma parte implica uma crítica ao todo, por mais paradoxal que possa parecer. Também se costuma dizer que na direção iniciada por Hume é impossível, para a ciência, ir a diante. Ora, se isto é verdade devemos desconsiderar tanto o livro 2 quanto o livro

3 do *Tratado* e suas posteriores reformulações, ambos consequência direta das discussões apresentadas por Hume no livro 1 (e na primeira *Investigação*).

Parece lícito aceitar que suas considerações acerca do assunto ainda estão muito longe de serem finalizadas e um dos motivos para isso é que Hume não tratou diretamente do assunto em seus textos. Também não há evidência conclusiva para afirmar que Hume possuiu intenções epistemológicas ao elaborar seu *Tratado* e a primeira *Investigação*; tampouco é possível excluir totalmente esta possibilidade.

Se nossa leitura está correta, então devemos atentar para o fato de que alguns aspectos da filosofia de Hume têm recebido uma interpretação um pouco apressada e isso tem obscurecido sua compreensão. Um desses aspectos é justamente a posição da inferência indutiva dentro da filosofia e do texto de Hume. Conforme tentamos mostrar ao longo do trabalho, há muitos indícios a favor da tese de que Hume não tinha em mente as inferências indutivas quanto realizou suas críticas e nem tampouco percebeu que suas críticas ao raciocínio causal afetariam a posição epistemológica daquele tipo de inferência.

Por ora, realizar uma investigação para saber por quais motivos muitos intérpretes de Hume chegam a conclusões tão distintas umas das outras, e até mesmo bem distintas dos próprios textos de Hume, parece ser uma tarefa muito grande, mas que certamente contribuiria para a história da filosofia. Talvez o que seja necessário fazer é justamente voltar aos textos de Hume e buscar mais elementos que sirvam de suporte às idéias aqui apresentadas e que fundamentem ainda mais a idéia de que Hume não era, afinal, um crítico e nem tampouco um cético acerca da indução.